



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0004439-78.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Planos de Saúde**
 Requerente: **THIAGO GIALORENÇO CAZU**
 Requerido: **Unimed Nordeste Paulista Federação Intrafederativa das Cooperativas Médicas**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **DANIEL LUIZ MAIA SANTOS**

Vistos.

Thiago Gialorenço Cazu ajuizou pedido de tutela antecipada em caráter antecedente contra **Unimed Nordeste Paulista Federação Intrafederativa das Cooperativas Médicas** alegando, em síntese, que a ele foi prescrito o uso da medicação *voriconazol endovenoso 200 mg* como última tentativa para se evitar a perfuração ocular e transplante de urgência. Diligenciou em diversas farmácias e foi informado de que se trata de medicamento de administração hospitalar, tendo se dirigido à Unimed desta cidade para que fosse realizado, por meio do sistema de intercâmbio, a aplicação de referido medicamento. O pedido foi indeferido sob o argumento de que a aplicação apenas poderia ocorrer em caso de internação. Mencionou a obrigação da ré em custear a aplicação do fármaco diante da expressa indicação médica. Pugnou pela concessão da medida liminar, a fim de que seja imposta a obrigação de fazer à ré, sob pena de multa. Juntou documentos.

A liminar foi deferida em plantão judiciário.

A ré contestou o pedido sob o argumento, em suma, de que a Lei nº 9.656/1998 prevê que as coberturas assistenciais obrigatórias são aquelas previstas no contrato e nos regulamentos da ANS. O fornecimento de medicamentos para uso domiciliar não está contemplado entre as coberturas obrigatórias, de modo que o medicamento prescrito ao autor não é de fornecimento compulsório por parte da operadora. Como não há previsão no tocante a esta cobertura, o pleito do autor não pode ser acolhido.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Pugnou pela improcedência. Juntou documentos.

O autor emendou a petição inicial e à ré foi conferida a oportunidade para se manifestar em complemento à contestação já apresentada, tendo ela se manifestado ratificando a defesa.

É o breve relatório.
Fundamento e decido.

O pedido comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, pois bastam os documentos juntados e as alegações das partes para o pronto desate do litígio.

O autor recebeu diagnóstico de úlcera de córnea gravíssima em iminência de perfuração ocular (fl. 14). Foi a ele prescrito o medicamento *voriconazol endovenoso* como última tentativa de evitar essa perfuração, o que está bem descrito no relatório médico. Logo, não há dúvida alguma sobre a doença que acomete o autor e a consequente necessidade de tratamento específico delineado por médico, até porque, nesse ponto, não há impugnação específica.

Nesse contexto, por versar a lide sobre a cobertura de plano de saúde, é inarredável a incidência à espécie da Lei nº 8.078/1990, sobretudo em face da vulnerabilidade material e da hipossuficiência da parte autora. Confira-se a súmula nº 100 do egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo: *O contrato de plano/seguro saúde submete-se aos ditames do Código de Defesa do Consumidor e da Lei n. 9.656/98 ainda que a avença tenha sido celebrada antes da vigência desses diplomas legais.*

A previsão de cobertura da doença implica, também, a correspondente cobertura dos exames e tratamentos necessários, como é de pacífica jurisprudência consolidada na súmula nº 102 do mesmo Tribunal: *Havendo expressa indicação médica, é abusiva a negativa de cobertura de custeio de tratamento sob o argumento da sua natureza experimental ou por não estar previsto no rol de procedimentos da ANS.*

Com efeito, a obrigação da ré em arcar com as despesas resultantes do tratamento médico indicado ao autor é inquestionável, porque previsto no contrato firmado entre eles o combate à doença que o acomete, não sendo possível aceitar a limitação na utilização de procedimentos hábeis a permitir a realização do tratamento pertinente,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

anotando-se, por oportuno, que não há nos autos prova alguma capaz de evidenciar que a ré tenha tomado qualquer providência em favor do autor, de forma que o inadimplemento contratual, efetivamente, determina a obrigação de custeio, até mesmo em respeito ao princípio que não permite o enriquecimento sem causa; lembrando-se que o rol editado pela ANS prevê apenas o mínimo a ser concedido em favor dos beneficiários, não se mostrando taxativo.

Aliás, a conduta praticada pela ré afronta a boa-fé objetiva, já que não se pode negar que a restrição sustentada na defesa, pela exegese do artigo 51, inciso IV, do Código de Defesa do Consumidor, é notadamente abusiva, violando as disposições da referida legislação, no tocante à manutenção do equilíbrio entre as partes integrantes da relação de consumo estabelecida, sendo, pois, nula.

Destarte, a abusividade da conduta deve ser interpretada pela unilateralidade excessiva que dela resulta com o desequilíbrio do contrato anteriormente avençado e, por consequência, a supressão dos direitos fundamentais que nele são contemplados em detrimento do consumidor, pois se todo contrato deve ser executado com a presumida boa-fé das partes, não se compreende a imposição da negativa examinada senão com a finalidade abusiva.

O medicamento *voriconazol endovenoso 200mg* que teve seu custeio negado pela ré, foi prescrito por médico especialista, que determinou a utilização para viabilizar o tratamento do autor, concluindo-se, neste caso, que o uso do fármaco é essencial ao tratamento do beneficiário, sendo certo que a negativa de fornecimento da operadora restringiria direito fundamental, inerente à natureza do contrato de plano de saúde, capaz de ameaçar o objetivo principal das cláusulas de cobertura integral do tratamento.

Outrossim, é inconsistente a alegada exclusão da obrigatoriedade do custeio aventada pela fornecedora por se tratar de medicamento de uso domiciliar (ambulatorial), sobretudo porque não se cuida de medicamento de uso cotidiano e comum ao alcance das pessoas, mas sim de remédio estritamente vinculado e de continuidade ao tratamento de que necessita o usuário.

Neste sentido, O Tribunal de Justiça de São Paulo já decidiu: *CONTRATO – Prestação de serviços – Plano de saúde – Negativa de fornecimento de medicamento*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

*"regorafenib 160mg/dia", para tratamento oncológico – Inadmissibilidade – Súmulas nº 95 e 102 deste Tribunal – Inclusão, na apólice, de terapia para a moléstia, devendo toda e qualquer medida tendente a minimizar ou eliminar a doença ser coberta – Inteligência do art. 35-F da Lei nº 9.656/98 – Limitação contratual para moléstia acobertada que revela a impossibilidade de o instrumento atingir o fim a que se destina – Dano moral – Configuração – Majoração do "quantum" de R\$ 5.000,00 para R\$ 15.000,00 – Possibilidade – Montante apto a atender à dupla função do instituto indenizatório, estando em consonância com casos análogos – Recurso da autora parcialmente provimento, improvido o da ré. (TJSP; Apelação 1011958-64.2017.8.26.0003; Rel. Des. **Alvaro Passos**; Órgão Julgador: 2ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional III - Jabaquara; j. 17/04/2018).*

*E ainda, em caso análogo: Plano de Saúde – Obrigação de fazer – Paciente acometida de câncer de mama, com indicação de tratamento domiciliar pelo uso do fármaco Tamoxifeno, pelo prazo de 05 anos – Negativa da demandada que importa em indiscutível abusividade – Exegese das Súmulas 90 e 95 deste Tribunal – Sentença mantida – Apelo desprovido. (TJSP; Apelação 1006515-07.2017.8.26.0077; Rel. Des. **A.C.Mathias Coltro**; Órgão Julgador: 5ª Câmara de Direito Privado; Foro de Birigui; j. 28/03/2018).*

*O colendo Superior Tribunal de Justiça também tem se pronunciado sobre a abusividade na negativa de fornecimento de medicamento prescrito ao usuário, a despeito do uso ser possível em domicílio: Ainda que admitida a possibilidade de o contrato de plano de saúde conter cláusulas limitativas dos direitos do consumidor (desde que escritas com destaque, permitindo imediata e fácil compreensão, nos termos do § 4º do artigo 54 do Código Consumerista), revela-se abusivo o preceito excludente do custeio do medicamento prescrito pelo médico responsável pelo tratamento do beneficiário, ainda que ministrado em ambiente domiciliar. (AgRg no AREsp 624.402/RJ, Rel. Min. Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 19/3/2015, DJe de 26/3/2015 e AgInt no AREsp 989.137/SP, Rel. Min. **Raul Araújo**, Quarta Turma, julgado em 17/08/2017, DJe 08/09/2017).*

Ante o exposto, julgo procedente o pedido, para condenar a ré ao



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

cumprimento da obrigação de fazer, consistente em fornecer ao autor o medicamento *voriconazol endovenoso 200 mg* conforme prescrição médica e na periodicidade recomendada pelo profissional que o atendeu, ratificando-se a tutela provisória.

Em consequência, **julgo extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.**

Em razão da sucumbência, condeno a ré ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, fixados 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, quantia que está em consonância com as diretrizes do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil.

Oportunamente, arquivem-se.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 10 de dezembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**